

# A criação do “Vale do Jequitinhonha”: análise da formação histórica e seu processo de regionalização

DOI: 10.544446/bcg.v14i1.3111

*Lauanda Lopes de Souza<sup>1</sup>, Aline Faé Stocco<sup>2</sup>, Aline Weber Sulzbacher<sup>3</sup>*

## Resumo

Com base em uma pesquisa bibliográfica e documental, o artigo visa analisar o processo de formação da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, desde os primórdios de sua ocupação, em perspectiva histórica. Apresentando assim as diferentes visões que a bacia passa a incorporar, até seu processo de regionalização que ocorre em meados do século XX após intervenções estatais. Evidenciando assim um debate sobre a criação e emergência do termo “Vale do Jequitinhonha”, com intuito de apontar os atores sociais e políticos responsáveis pela produção social dessa localidade e os diferentes interesses envolvidos nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vale do Jequitinhonha, regionalização, desenvolvimento, conflitos territoriais, Estado.

---

1 Doutoranda em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [lauanda.lopes@ufvjm.edu.br](mailto:lauanda.lopes@ufvjm.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3348-0695>.

2 Professora da Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: [aline.stocco@ufvjm.edu.br](mailto:aline.stocco@ufvjm.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8817-9313>.

3 Professora da Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: [aline.weber@ufvjm.edu.br](mailto:aline.weber@ufvjm.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3353-4589>.

## Introdução

O presente artigo é um recorte dos resultados de uma pesquisa de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri<sup>4</sup>. Seu objetivo é apresentar, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, a formação do território da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, desde o início de sua ocupação, em uma perspectiva histórica. Além disso, será analisado o momento de emergência dessa região no processo de regionalização que culminou na criação do termo “Vale do Jequitinhonha”, a partir da intervenção do Estado na década de 1960.

No decorrer deste artigo, há referência a dois termos diferentes: o “rio Jequitinhonha”, utilizado para trabalhar com a perspectiva de território construído pelas relações sociais e étnicas dos sujeitos, destacando-os como os principais responsáveis pela sua formação, produção e reprodução do espaço, constituindo uma r(e)xistência histórica. Além disso, será utilizado o termo “Vale do Jequitinhonha” para referir-se a uma região construída, delimitada e expropriada pelo Estado (SOUZA, 2022).

Nessa perspectiva, investiga-se o processo histórico de formação da bacia, destacando diferentes interpretações de diversos autores e autoras que se debruçaram sobre esse recorte. É enfatizada, portanto, principalmente a atuação e o discurso de atores hegemônicos dentro desse contexto. Diante disso, o artigo está dividido da seguinte forma: inicialmente, é apresentada uma breve argumentação e um olhar histórico sobre os territórios que compõem a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha até o início do século XX, com o objetivo de expor as diversas perspectivas que a bacia passa a incorporar. Em seguida, a segunda parte do artigo aborda especificamente o processo de regionalização ocorrido em meados do século XX. Dessa forma, destaca-se um debate em torno da criação e emergência do “Vale do Jequitinhonha”, visando identificar os atores sociais e políticos responsáveis pela produção social dessa localidade.

## A ocupação e formação histórica ao longo do rio Jequitinhonha

Observa-se que o rio Jequitinhonha foi o meio de ocupação de diferentes territórios, movimentando histórias e culturas de povos que ocuparam e ocupam a localidade, levando à formação de um território heterogêneo. A área da bacia possui 70.315 km<sup>2</sup>, dos quais 66.319 km<sup>2</sup> estão situados no Estado de Minas Gerais e 3.996 km<sup>2</sup> ao Estado da Bahia, além de ter um comprimento que atinge 1.090 km (IBGE, 1997). A nascente deste rio se encontra no Município do Serro, na Serra do Espinhaço, em MG, e vai em direção ao nordeste, e ao longo dessa travessia recebe alguns importantes afluentes, como o rio Araçuaí, na região denominada Barra de

---

4 Para mais informações da dissertação de Lauanda Lopes de Souza, intitulada *Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha* (2022), o acesso está disponível em: < <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2994> > Acesso em: 18 de março de 2024.

pontal (Distrito de Itira, do município de Araçuaí) e o rio Vacaria, até desaguar no litoral da Bahia no município de Belmonte.

No período colonial, em meados do século XVI, o rio Jequitinhonha e seus principais afluentes moveu o interesse de aventureiros e desbravadores, seduzidos pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos no dito "sertão", e devido a isso foram organizadas expedições para explorar essas minas (PEREIRA, 1969). Assim, em 1553 ocorreu a primeira expedição, com Francisco Bruza Espinosa e João de Azpilcueta Navarro, que seguiram o rio Jequitinhonha, partindo a princípio de Porto Seguro até a Serra do Espinhaço. No entanto, foi no século XVIII, que alguns aventureiros chegaram à Vila do Príncipe, atualmente conhecida como a cidade de Serro, próximo à Diamantina. Pode-se destacar também, a presença de outras expedições que obteve êxito, como a de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, bem como conduzida por Espinosa, partindo da costa do Espírito Santo, passando pelas margens do rio Doce, depois seguiu rumo ao norte, alcançando a localidade das serras, e inclusive é considerado o primeiro que dá notícias sobre o famoso "Pico do Itambé". Ao longo desse percurso, encontraram o rio Jequitinhonha e seguiram seu leito, chegando na costa da Bahia. Passando pelo atual município de Araçuaí, encontrou algumas pedras preciosas, que inclusive haviam motivado essa expedição (SOUZA, 2010; PESSÔA, 2012).

Nesta conjuntura, já é possível identificar que a porção mais alta da bacia foi ocupada pelo empreendimento colonial através dessas expedições com a descoberta de pedras preciosas, o que levou à construção do Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina, e um tempo depois, com os achados de ouro, a cidade de Minas Novas (PEREIRA, 1969). No século XVIII, com a descoberta de diamantes no Tijuco e seus arredores, e todo o empenho envolvendo a exploração minerária, foi algo que impulsionou a migração e invasão de colonos nesses locais, e deslocamentos da população para a grande mata, ou a Mata atlântica, considerada a porção média e mais baixa da bacia do rio Jequitinhonha (RIBEIRO, 1997; PEREIRA, 1969).

É importante destacar que essas migrações resultaram na criação de uma estrutura agrária desigual, caracterizada pela concentração de terras e ocupação de áreas "devolutas". Os primeiros assentamentos, estabelecidos durante o período colonial, surgiram mediante uma atividade mineradora que teria "esgotado" as primeiras reservas de ouro e diamantes no final do século XVIII. De acordo com Eduardo Ribeiro (1997), registros históricos sobre a mineração indicam que a extração continuou até o início do século XIX. No entanto, neste mesmo século, havia ocorrido uma crise na mineração devido à descoberta de diamantes na África do Sul, o que impactou o mercado global de gemas e resultou na queda dos preços internacionais do diamante. Além disso, as mudanças na legislação da mineração, especialmente no final da década de 1870, tornaram as atividades do setor mais complexas (MARTINS, 2008). Essa combinação de fatores intensificou os conflitos entre os diferentes grupos envolvidos na mineração, levando os trabalhadores a migrarem para outras regiões, ou seja, não teria sido o "esgotamento" como aponta a maioria das produções acadêmicas, como algo responsável pela migração das

regiões rio a baixo. Consequentemente, devido a esses fatores, inicia-se uma economia voltada para a agricultura e pecuária.

Na parte alta da bacia, começa a produção de algodão em São Domingos e Calhau, o que gerou um movimento de exportação, e este contexto, a “diminuição” na produção da mineração, não significou o fim da atividade, uma vez que ela dependia de descobertas contínuas e da busca por novos minerais (RIBEIRO, 1997). No entanto, isso contribuiu para a dispersão da colonização. No entanto, foi essa suposta “decadência” da mineração que motivou parte da população trabalhadora, composta por escravos libertos, refugiados (resultando na formação de vários quilombos na região) e homens livres, a se dispersar pelo campo, ocasionando em diferentes formas de campesinato. Nesse sentido, entende-se que o garimpo nunca teria deixado de existir, mas se tornou uma atividade complementar à produção agrícola (SOUZA,2022).

Dessa maneira, a queda mencionada não limitou as possibilidades, mas abriu novas oportunidades tanto para os cativos como para seus proprietários e garimpeiros livres. Isto é, foi observado um movimento conjunto em busca de novos terrenos para mineração e terras férteis para agricultura. A incerteza da mineração impulsionou os mineiros a se voltarem para a agricultura, enquanto a estação seca os levava de volta à mineração. Essas duas atividades apresentavam técnicas, ritmos e ferramentas completamente diferentes, mas eram profundamente compatíveis em termos de monetarização. Segundo Ribeiro (1997, p. 04), pode-se inferir que a mineração e a agricultura sempre caminharam juntas, sendo a mineração comparada ao serviço na estação seca e a agricultura ao serviço na estação chuvosa.

As lavouras se tornaram a base das relações de posse e uso da terra, com sistemas de produção que integravam cultivos e criações, estabelecendo normas de uso do espaço e interações com a natureza. Essa dinâmica possibilitou a análise dos diferentes modos de vida e relações sociais entre grupos como povos originários, fazendeiros, posseiros, trabalhadores sitiantes, lavradores e escravos livres ou refugiados. Assim, a diminuição da mineração não significou o seu fim, tampouco o fim do povoamento. A exploração dessas riquezas continuou e continua gerando receitas e, em alguns casos, fortunas, impulsionando um movimento constante de ocupação (RIBEIRO, 1997).

Contudo, é importante ressaltar que esse movimento de ocupação resultou em conflitos com os povos originários, como os Guerén, Endjerecmun ou Cracmun, conhecidos pejorativamente como Aimoré ou Botocudos, devido a suas características físicas e enfeites utilizados. Esses povos originários foram os principais resistentes à invasão dos europeus, falavam uma única língua e habitavam a porção baixa das bacias dos rios Jequitinhonha e Doce (SOARES, 2010).

Ademais, outro fator que aumentou os conflitos refere-se aos estímulos internos e ao contexto externo. Pois o governo incentivou o povoamento, sobretudo a partir de 1808, ao anistiar dívidas, isentar impostos por dez anos e conceder sesmarias aos colonos que se estabeleceram na região interiorana do rio

Jequitinhonha. Além disso, foi estabelecido o trabalho escravo dos “índios ferozes” por dez ou mais anos, através da chamada “Guerra Justa”. Esse processo pode ser considerado uma das primeiras políticas de “desenvolvimento” do século XIX, visando fortalecer o projeto colonial através do controle da terra e do trabalho por agentes externos, e incorporação às vilas e povoados aos circuitos econômicos.

Neste contexto a coroa portuguesa emitiu uma carta régia que estabelecia a chamada “Guerra Justa” contra os Boruns, em maio de 1808, visando acelerar a ocupação ao longo do rio Jequitinhonha e suas terras. Essa guerra era uma estratégia para capturar mais nativos e contornar as restrições impostas pela legislação indigenista vigente na época (RAMINELLI, 1996). Apresentada como uma resposta a um suposto ataque anterior dos indígenas, essa ação transformou os indígenas em inimigos do Estado e, se presos, eram escravizados por uma década. Esses mecanismos contribuíram para fortalecer uma visão estereotipada da cultura e do estilo de vida dos povos originários, tendo como consequência o silenciamento de toda essa violência, assim como uma naturalização desse contexto ou invisibilidade através da violenta integração dos sobreviventes à sociedade colonial. Consequentemente, quase não se fala da população indígena do rio Jequitinhonha após a invasão colonial, como se esses grupos tivessem deixado de existir. Embora se observa que uma parcela de seus descendentes se tornara agregados, posseiros, artesãos, vaqueiros, pescadores e trabalhadores rurais, muitos ficaram marginalizados e sem reconhecimento de seus direitos à terra, dependentes da “boa” vontade da oligarquia agrária. Mais adiante se tornaram alvos do processo de modernização no século XX, enfrentando expropriação e migração.

Portanto, a “Guerra Justa” foi uma das estratégias adotadas pela coroa portuguesa para legitimar o projeto colonial, que envolvia a ocupação territorial, a conversão dos nativos (catequização), e/ou o objetivo de exterminar a população originária (SOARES, 2010). Para esse fim, foram estabelecidos quartéis militares responsáveis por “limpar a área”, ou seja, os capitães desses quartéis tinham a tarefa de eliminar a população nativa e/ou escravizá-la, sendo recompensados com grandes extensões de terra que posteriormente se tornaram fazendas. Esses incentivos fiscais e fundiários impulsionaram uma corrida rio abaixo e para o interior das matas. Apesar de muitas vezes ser clandestina, a mão de obra indígena foi utilizada nas lavouras, e houve um comércio silencioso de minerais, conectando o rio Jequitinhonha ao rio Pardo, à Bahia e ao mundo. Esse processo resultou na “descoberta” da região interior do rio Jequitinhonha, em que o povoamento estava ligado ao transporte de canoas pelos colonos, inicialmente derivados desse comércio de minerais (RIBEIRO, 1997). Visto esse processo histórico, observa-se que o percurso do rio Jequitinhonha era movido a duas principais frentes de ocupação responsáveis pela constituição das relações sociais e econômicas que vão se formando, sendo primeiro a mineração iniciada com a colonização no século XVIII e segundo a pecuária, na qual essa última se acentuou a partir do século XIX (MIRANDA, 2013).

Esses movimentos foram determinantes para a configuração sociocultural que ainda influencia a vida da maioria da população. Em terceiro plano, destaca-se a

atividade agrícola local, que se tornou a base para a subsistência familiar e se manifesta também através do artesanato e outros aspectos que configuram a cultura popular. A ocupação da região média e baixa da bacia do rio Jequitinhonha ocorreu de forma mais gradual e lenta, devido à resistência dos povos nativos. A partir do século XIX, o povoamento se expandiu, levando à criação de importantes postos comerciais e pontos de fiscalização ao longo do rio. E, ao mesmo tempo, foi traçada uma estratégia colonial para controlar a extração mineral e reprimir a resistência indígena. Conseqüentemente, isso levou a formação de pequenas comunidades, onde a economia era baseada na pecuária extensiva e no cultivo de algodão. Nas regiões média e baixa do rio Jequitinhonha, o surgimento das fazendas e a produção pecuária marcam o "início" dessas localidades, sendo que o município de Pedra Azul se tornou o principal centro pecuarista da região, com deslocamentos de pessoas do norte de Minas Gerais e sul da Bahia (SOUZA, 2010, p. 41; MIRANDA, 2013).

O baixo Jequitinhonha foi ocupado a partir dessa abertura de fronteiras agrícolas, destacando-se com a expansão das fazendas e pelo comércio que conseqüentemente aumentou o povoamento. A fazenda surge ao lado e avançando sobre as posses de outros sujeitos, como os camponeses e algumas delas foram estabelecidas para produzir produtos de alto valor comercial, como gado e algodão. Além disso, se aponta que tais fazendas foram iniciadas por ex-empresários da indústria mineradora que procuravam substituir a atividade extrativa em crise, ocupando e explorando os recursos disponíveis. Entretanto, pode-se relacionar o aparecimento dessas fazendas a outros movimentos, uma vez que houve distribuição de terras feita pela coroa portuguesa com objetivo de consolidar o processo de ocupação colonial. (GRAZIANO e GRAZIANO NETO, 1986).

Dessa forma, a fazenda era caracterizada pelo exercício de poder pessoal, pelo controle sobre o uso da terra, pela independência em relação ao mercado e outros aspectos semelhantes. Além disso, cabia ao fazendeiro ou coronel governar o consumo dos recursos naturais produzidos pela família de trabalhadores rurais, mantendo com eles diferentes relações de poder que envolviam a dependência, trabalho, "compadrio", domesticidade e violências em diferentes graus. Evidentemente essa expansão da fazenda era marcada por conflitos crescentes pela posse da terra, com tentativas de expandir seus domínios sobre os camponeses, tanto em termos territoriais quanto políticos e sociais.

De acordo com Margarida Moura (1988), a dominação da fazenda ocorria à medida que ela invadia as terras dos camponeses, mas sobretudo, o transformando em trabalhadores agregados. Os fazendeiros buscavam expandir seu controle sobre a terra, substituindo antigas relações sociais, impondo diferentes formas de trabalho, estabelecendo também relações "assalariadas", rompendo com tradições e códigos orais que eram transmitidas ao longo das gerações e que era a base da organização desses sujeitos. Esse movimento foi marcado por uma extrema violência contra os habitantes que já ocupavam aquele território. Anteriormente, a fazenda era um ambiente onde favores e permissões eram concedidos como estratégia para acomodar e expandir o domínio dos fazendeiros. No entanto, com o tempo, a

propriedade se tornou uma mercadoria, e aos trabalhadores rurais não tinham mais permissão de trabalhar para si. Segundo Moura (1988), a permanência na propriedade só se justificava durante as horas de trabalho. Consequentemente, a abertura de fronteiras se tornou sinônimo de conflitos pela terra, uma vez que também influenciava as formas de apropriação, variando conforme os ambientes, fluxos, relações com os recursos naturais e os grupos sociais envolvidos, entre outros fatores. Além disso, como ressaltado pela autora, a fazenda foi a principal causa do êxodo rural.

Para tanto, no final do século XIX, a bacia hidrográfica já estava em sua maioria explorada e ocupada, inclusive com a presença de vilarejos. E sendo assim, entende-se que processo de ocupação ao longo do rio Jequitinhonha até o final do século XX foi impulsionado pela expansão das fronteiras, inicialmente motivado pelos interesses dos aventureiros e colonizadores em busca de pedras preciosas e, posteriormente, pela expansão da fronteira agrícola, onde as fazendas e a produção pecuária ganharam grande importância. Esse processo de consolidação do projeto colonial resultou na formação de entrepostos comerciais nas margens do rio Jequitinhonha, com o surgimento de vilas e povoados, criando uma dinâmica social e econômica conectada internacionalmente, impulsionada pela disponibilidade de produtos e demanda por itens comerciais.

Cabe salientar, um documento analisado por Joana d'Arc de Oliveira Cunha (2019) denominado "Sol da Terra", relacionado ao projeto nacional-desenvolvimentista do Governo Vargas, que provavelmente teria sido publicado em 1955. Segundo a autora, esse estudo foi o primeiro documento oficial do Estado brasileiro a abordar a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha. De acordo com Cunha (2019), o documento revelou que os representantes do governo não compreendiam plenamente as possibilidades de exploração desse rio, resultando em uma regionalização que dividia a bacia do Jequitinhonha em Alto, Médio e Baixo, levando em consideração as diferentes formações geológicas da região. Além disso, o documento também rastreava as riquezas minerais, destacando a bacia do Jequitinhonha como uma das mais ricas do interior do país, além das enormes possibilidades econômicas, postas como "extraordinárias" para instalação de indústrias.

Diante disso, cabe observar que ocorre uma transformação na descrição do, Jequitinhonha, se compararmos as narrativas do início do processo colonial, tendo em vista os relatos de viajantes até o início do século XX, com os documentos que são elaborados a partir da década de 1960. Alguns viajantes descreviam essa vasta região como um verdadeiro paraíso, repleto de abundância, exuberância, um lugar saudável, verdejante, fértil e com uma cultura única (Saint-Hilaire). Essas narrativas contrastam drasticamente como o, Jequitinhonha foi descrito na literatura ao longo do século XX, assim como nos documentos oficiais do Estado, que passam a enfatizar como características da região a miséria, a fome, o declínio populacional e o atraso regional.

No início do século XX, ocorreu a primeira regionalização da bacia hidrográfica do Jequitinhonha, que passou a considerar apenas a parte correspondente ao estado de Minas Gerais, desde o município de Serro, onde se localiza a nascente, até Salto da Divisa, sendo a fronteira entre Minas Gerais e Bahia. Essa divisão foi oficialmente estabelecida em 1941, pelo IBGE, que definiu cinco “microrregiões” fisiográficas: “Alto Jequitinhonha”, “Médio Jequitinhonha”, “Baixo Jequitinhonha”, além das áreas de “Montes Claros” e “Itacambira”. Essas microrregiões abrangiam um total de 59 municípios, conforme indicado por Servilha (2012) e Borges (2019).

### **Regionalização e a criação do Vale do Jequitinhonha**

A respeito do termo “Vale do Jequitinhonha”, ele foi cunhado quando a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha foi delimitada e organizada com base em diagnósticos, que selecionaram parte dos municípios que fazem parte dessa bacia. Os diagnósticos e conseqüentemente o termo, nasce com a criação da Comissão de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), estabelecida em 1964. A partir desse momento, essa região emergiu como um espaço político e administrativo com o objetivo de promover um desenvolvimento que pudesse integrar essa área à dinâmica econômica nacional, impulsionada pela industrialização e urbanização. Essas ações estavam alinhadas com a construção de um projeto nacional, que era conduzido através da intervenção do Estado.

Uma das principais intelectuais, que realiza uma análise aprofundada desse processo, é Ana Carolina Gonçalves Leite (2014), e ao abordar sobre a questão regional durante a “modernização” do Vale do Jequitinhonha, critica como os chamados “desequilíbrios regionais” são utilizados como base para formulação de políticas visando corrigir essas “desigualdades”. Ao mesmo tempo, questiona até que ponto essas desigualdades regionais e a própria questão regional se tornam efetivamente objetos das políticas públicas ou se são apenas produtos delas. (LEITE, 2014, p. 62). Quando se trata dos discursos relacionados à questão regional, nos quais o “desenvolvimento” da região desempenha um papel central, Leite (2014) também questiona o fato dos recursos provenientes das políticas de correção dos desequilíbrios regionais serem direcionados apenas a uma pequena classe social da sociedade, tanto local como externa à região

Assim, percebe-se que a regionalização e estabelecimento do Vale do Jequitinhonha como uma região foram oficializados em um contexto de intensificação da modernização, urbanização, industrialização e integração do estado de Minas Gerais e do Brasil. Esses projetos tiveram como antecedentes os governos de Vargas e Juscelino Kubitschek, em um contexto político marcado pela disseminação de propostas e modelos de desenvolvimento com ênfase regional como política estatal. Exemplos notáveis foram a criação de entidades como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), visando combater as

desigualdades regionais no Brasil. Em Minas Gerais, o princípio orientador era a busca por uma Minas Gerais moderna (SERVILHA, 2012).

Por este ângulo, Leite (2014) destaca que o Vale do Jequitinhonha teria seguido o contexto nacional de modernização retardatária no Brasil. Uma vez, que sua delimitação para fins de planejamento tornou-se alvo das políticas estatais modernizadoras, e a criação da CODEVALE foi a responsável por essas intervenções, na qual a atuação da comissão definiria os municípios e buscava modernizar a região e conseqüentemente os sujeitos, tidos como sertanejos arcaicos. É importante ressaltar que, segundo a autora, o processo de "modernização" estava relacionado a uma fase anterior na localidade, na qual certos elementos presentes na região precisavam ser incorporados para se adequar à modernização retardatária brasileira. Esse quesito bem como está conectado à territorialização do capital no Vale, que envolve a transformação das terras em capital sobretudo por meio da titulação (LEITE, 2014).

Outro aspecto envolvido nesse processo diz respeito à necessidade de criar mobilidade no trabalho, devido à relação entre capital e a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de trabalho. Em outras palavras, esse processo foi impulsionado pela separação entre os trabalhadores e os recursos de produção, especialmente a terra. Isso resultou na transformação dos meios sociais de produção e subsistência em capital, e dos produtores diretos em trabalhadores assalariados. Em suma, foi um mecanismo utilizado para privar os trabalhadores das condições necessárias para sustentar suas vidas nesse território, a fim de torná-los disponíveis como mão de obra urbana, geralmente recebendo salários baixos. Portanto, a territorialização do capital foi estabelecida como um requisito fundamental para promover e perpetuar a mobilidade do trabalho, principalmente como condição para o processo de acumulação (LEITE, 2014, p. 65).

Durante a atuação da CODEVALE, foram elaborados uma enorme gama de documentos estatais, isto é, diagnósticos que passam a descrever as condições sociais, econômicas e culturais do Vale do Jequitinhonha, e nesses textos era comum uma breve elaboração do processo histórico que levou a construção/formação da localidade desde o período colonial. Essas informações, foram uma das bases para justificar o argumento de que até a década de 1960, essa região teria permanecido esquecida e isolada das demais regiões do país. Nesse sentido, Servilha (2012), assim como por Ribeiro (2008), criticam tal perspectiva e destacam que tanto na literatura, quanto a partir desses documentos institucionais, aparece a ideia de "redescoberta" da bacia, o que acarretou consolidação do "mito do isolamento". No entanto, não se sustenta essa ideia de uma bacia isolada e homogênea através dessa visão dos centros econômicos, como apontam esses autores. Uma vez, que toda a produção dessa região estava direta ou indiretamente ligada com o circuito nacional e internacional da economia, desde os seus processos históricos.

Os discursos de desenvolvimento difundidos nos diagnósticos previam a implementação de um plano de desenvolvimento socioeconômico para o Vale do Jequitinhonha em um período de vinte anos. Esses documentos estavam inseridos

em um contexto mais amplo da estratégia de desenvolvimento do Brasil, cujo objetivo era superar a situação de pobreza e atraso. Essa abordagem era apoiada pelo discurso do desenvolvimento e foi adotada tanto pelo governo federal e estadual quanto pela elite política regional. Assim, são esses três principais agentes – governo federal, governo estadual e elite política regional – que desempenharam um papel fundamental na produção social dessa regionalização do Vale do Jequitinhonha, com o apoio da CODEVALE (SANTOS, 2018).

Essa comissão estava vinculada a diversos interesses, especialmente políticos e econômicos, em âmbito nacional e regional, levando em consideração o interesse da elite de Minas Gerais na integração do estado. A partir desse ponto de vista, a pobreza foi o discurso central para legitimar a criação da região, conforme pode ser observado nas análises de Ribeiro (1997, 2008), Servilha (2012), Santos (2018) e outros, uma vez que já estava presente nos primeiros diagnósticos sobre a região. Percebe-se, assim, que o diagnóstico da pobreza foi baseado nos parâmetros de desenvolvimento econômico, urbano e industrial.

Um marco importante nesse processo foi o diagnóstico intitulado “Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha” (1960), elaborado pelo governo de Minas Gerais sobre uma parte da região, que serviu como uma das bases para a criação da CODEVALE. Esse estudo já apontava a extrema pobreza e a necessidade de um plano de desenvolvimento. Vale ressaltar que o estudo foi realizado na década de 1950, marcado por uma crise devastadora no rebanho bovino, conhecido como “boi Jequitinhonha” (SOUZA, 2022). Como resultado, em 1957, por iniciativa do então governador Bias Fortes, foi criado um Grupo de Trabalho de Pecuária (GTP) para lidar com essa crise, realizando um estudo sobre a bacia hidrográfica. Em resumo, esse diagnóstico, identificava diversos problemas sociais e, especialmente, econômicos, tornou-se uma base científica e política que levou Murilo Badaró, um deputado oriundo do município de Minas Novas (alto Jequitinhonha), a propor a criação de uma agência de desenvolvimento regional em 1964, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE (SERVILHA, 2012; SILVA, 2007). O estudo aborda o Nordeste de Minas Gerais, pois ainda não havia sido estabelecida a ideia de “Vale do Jequitinhonha” nesse momento. No entanto, foi a partir desse estudo que começou a ser construída uma narrativa composta por estereótipos, estigmas sociais e espaciais que passaram a definir, a partir de então, as referências ao, Jequitinhonha e às pessoas que vivem na região.

Inicialmente, os discursos enfocavam a vida rural de maneira extremamente pejorativa, retratando o “homem rural” como um símbolo do atraso. No que diz respeito aos aspectos rurais, essa associação entre ruralidade e pobreza é algo antigo na literatura técnica brasileira, originada no final do século XIX, durante a transição do Império para a República. Essa descrição era geralmente utilizada por funcionários públicos reformistas, que relacionavam a pobreza à concentração de poder e terra, à precariedade da educação para a população rural, às secas e à persistência cultural das técnicas rurais, especialmente na agricultura. Esses aspectos seriam responsáveis

pela baixa produtividade, fragilidade do “caipira” e estagnação do meio rural (RIBEIRO; ARAÚJO; GALIZONI; 2007, P. 229).

Entretanto, no caso da criação do Vale do Jequitinhonha, essas ligações da pobreza com o rural são lançadas apenas para análises do que legitimou os discursos do Estado, sobretudo, diante da necessidade de superação da pobreza e atraso por meio de intervenções alicerçadas em projetos desenvolvimentistas. No que se refere a esse primeiro diagnóstico, algumas questões merecem destaque, desde os mitos sobre as supostas vocações regionais até os atores sociais abordados durante a pesquisa de campo do GTP (1960), os quais se limitaram apenas a fazendeiros e autoridades locais. Segundo Servilha (2012, p. 64), é impossível analisar esse diagnóstico sem perceber que ele reflete o ponto de vista de determinados grupos sociais, como cientistas e fazendeiros, cujas reflexões sobre o presente projetam desejos e planos para o futuro. Por esse ângulo, observa-se que a complexidade dos sujeitos e os conflitos sociais da realidade foram invisibilizados, e a análise da história da formação populacional regional foi superficial. No entanto, é inegável que o GTP desempenhou seu papel de ampliar o conhecimento do Estado sobre a bacia do rio Jequitinhonha. Assim, estudada pelo GTP, ela foi apresentada pelo Estado sob o discurso de coesão e homogeneização, por meio das noções de subdesenvolvimento e disseminação da pobreza, para se adequar aos projetos de uma agência de desenvolvimento regional.

Como resultado, o discurso da pobreza gradualmente se tornou o argumento central para justificar a necessidade e viabilidade de empreendimentos políticos. Em 1964, Murilo Badaró utilizou essa justificativa ao criar a comissão, afirmando que a agência de desenvolvimento regional seria a única alternativa para resgatar os “miseráveis” do Vale do Jequitinhonha (SERVILHA, 2012). Nesse sentido, esse sujeito desempenhou um papel significativo como um personagem social/político envolvido na criação dessa regionalização, trabalhando em conjunto com o Estado, através da CODEVALE com a intenção de superar a desigualdade regional. Portanto, fica evidente que todo o processo de criação da região foi concebido externamente a esse território, com a construção de uma nova identidade regional, pretendendo estabelecer uma hegemonia.

A partir dos anos 1950, a região passou por uma série de mudanças relacionadas ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Neste cenário, surgiram conceitos importantes na literatura, como a ideia de uma “região-problema” e uma “região subdesenvolvida”, que estavam ligadas ao debate global sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (SERVILHA, 2012). Esses conceitos refletiam uma divisão binária entre países, baseada em critérios de desenvolvimento econômico. Dessa maneira, embora não seja o objetivo aqui, é fundamental compreender o desenvolvimento como um discurso historicamente construído, como analisado por Arturo Escobar (1998, p.24), isso envolve analisar as razões pelas quais muitos países começaram a se considerar subdesenvolvidos no início da Segunda Guerra Mundial. Torna-se, assim, relevante examinar como o conceito de “desenvolvimento” se tornou um problema central para esses países e como eles

embarcaram na tarefa de superar o subdesenvolvimento, sujeitando suas sociedades a intervenções cada vez mais sistemáticas para alcançarem esse estágio de desenvolvimento. Especialistas e políticos ocidentais, passaram a ver certas condições na Ásia, África e América Latina, como a pobreza e o atraso, como problemas a serem enfrentados, surgiu assim um novo campo de pensamento e experiência chamado desenvolvimento. Embora inicialmente criada nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a estratégia de desenvolvimento logo se tornou uma força dominante nos países periféricos. Embora alguns dos termos da definição acima sejam mais cabíveis ao contexto colonial, o discurso do desenvolvimento é regido pelos mesmos princípios. Esse discurso foi estabelecendo um aparato altamente eficaz para produzir conhecimento sobre o exercício do poder sobre o "Terceiro Mundo". Esse mecanismo surgiu entre 1945 e 1955 e desde então tem continuado a gerar novas formas de conhecimento e poder, novas práticas, teorias, estratégias, entre outros. Tornou-se um "espaço para os povos subjugados" para garantir algum controle sobre eles (ESCOBAR, 1998).

A respeito do Vale do Jequitinhonha, ao analisar diversas produções acadêmicas, principalmente estudos que abrangem as décadas de 1950 a 1980, Leite (2015, p.12) identifica que os "problemas sociais" são frequentemente apresentados como se surgissem como consequência do desenvolvimento ou da falta dele, sendo utilizados para delimitar e caracterizar o Vale do Jequitinhonha como uma região problemática, necessitando atenção. Ela destaca que a literatura e a imprensa retrataram o Vale do Jequitinhonha de forma homogênea, enfatizando a existência de desigualdades regionais e a necessidade de desenvolvimento. No entanto, ela levanta questionamentos sobre interpretações que abordam de forma uniforme a desigualdade e a necessidade de desenvolvimento nesta região.

As reportagens jornalísticas também desempenharam um papel crucial na formação do Vale do Jequitinhonha, especialmente ao empregar certas dicotomias que foram amplamente difundidas pelos jornais locais e de abrangência nacional, como o Folha de São Paulo. Segundo Servilha (2012) várias reportagens reforçavam a ideia do isolamento da região, além de contribuírem com noção de homogeneidade e pobreza, e bem como enfatizava os contrastes resultantes da presença de uma riqueza cultural. Por sua vez, essa ideia de riqueza estava atrelada à diversidade cultural, colocada em contraponto ao discurso da pobreza, como manifestação da resistência e da convivência com o meio, sendo algo capaz de produzir mercadoria. A partir dos anos 1970, observa-se nos jornais uma crescente abordagem em torno da dicotomia entre pobreza e riqueza, tema explorado por Servilha (2012), que ressalta apenas a riqueza associada aos aspectos culturais da população. Um exemplo disso é a reportagem intitulada "Moldando a arte na pobreza", publicada no caderno Feminino do jornal Estado de Minas, que enfoca o artesanato como uma resposta às dificuldades da vida. Ao analisar essa reportagem, Silva (2007) destaca a presença de uma visão exótica sobre a região, além de enfatizarem o seu suposto isolamento.

Essa forma de reportagem estava vinculada aos movimentos e interesses da CODEVALE, através da criação de um departamento específico para a cultura, bem como das atividades realizadas pelo projeto Rondon. Além disso, diversas reportagens abordavam essa dicotomia, da mesma forma poetas, escritores e artistas locais passaram a adotar essa narrativa predominante. Raramente se mencionava a riqueza em termos de recursos naturais, como minerais, em contraposição à pobreza.

Já no final da década de 1970 e início da década de 1980, são inseridos outros aspectos nas reportagens jornalísticas, sendo enfocada uma preocupação com as “potencialidades regionais”, sobretudo para atrair investimentos industriais. Uma região caracterizada pela pobreza e pela falta de medidas de assistência e desenvolvimento (que muitas vezes se misturam), é agora retratada como uma região promissora para investimentos futuros. O destino da população local dependeria das perspectivas de negócios criadas por empresários que buscariam no Vale oportunidades lucrativas, impulsionadas pela imagem de uma região-promessa (SILVA, 2007, p.201, apud SERVILHA, 2012, p.120). Assim, além das oposições entre “Vale da Miséria” e “Vale da Riqueza”, uma terceira dicotomia é incorporada para a construção dessa nova identidade regional, introduzindo a ideia do “Vale da Esperança”. Essa concepção estava diretamente relacionada aos interesses de implementação de projetos de desenvolvimento, como o Distrito Florestal, instalado na região pouco tempo depois.

A Fundação João Pinheiro (FJP), criada em 1969 como entidade de direito público associada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, também teve um papel importante na produção de diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha. Entre os documentos que contribuíram está o “Relatório Preliminar do Projeto Rondon/3 – Vale do Jequitinhonha”, contribuindo para a imagem da região como uma das mais pobres do mundo. Ao analisar o relatório à luz dos estudos de Servilha (2012), fica evidente que a descrição da região e de seus habitantes era permeada por termos como “atrasada”, “rural” e “arcaica”, ampliando ainda mais estereótipos negativos. Importante notar que essa representação provinha de uma perspectiva externa à região, uma vez que o relatório foi elaborado por universitários, principalmente do estado de São Paulo, com uma visão eurocêntrica evidente, refletida nas descrições presentes no documento.

A agricultura de Francisco Badaró é incrivelmente atrasada, para prová-la basta dizer que não existe um só arado no município. A única diferença da agricultura local com a indígena é que os lavradores usam foices, machados, enxada e enxadão (apenas isto) um pouco mais aperfeiçoados e assim podem cultivar um terreno um pouco maior. A grande e única desculpa de todos é a instabilidade do tempo – falta de chuvas. O problema da seca influi na baixíssima produção de cereais em parte, creio mesmo que não chega a 40% a porcentagem de prejuízo causado pela seca. A causa real da baixa produção e, conseqüentemente, da pobreza da maioria esmagadora dos proprietários (quase todos minifúndios e,

note-se que não existem latifúndios no município) é o uso de técnicas ultrapassadíssimas, mais rudimentares, talvez, que a época de cristo, pois naquêlo tempo os lavradores já usavam arado e aqui em Badaró, no ano de 1969 – era espacial – os lavradores só usam, para lavrar a terra, como já disse, foice, machado, enxada e enxadão (Relatório do universitário Otacílio Soares de Souza – agronomia, Universidade de São Paulo) (SERVILHA, 2012 apud PROJETO RONDON, 1969, p.99).

Bem como é possível observar nesse trecho, além de uma visão modernizante eurocêntrica, torna-se evidente que a falta de acesso a equipamentos, técnicas e tecnologias pontuadas, estão voltadas para aumentar a produtividade do trabalho, resultado da forma como essa produção se insere no sistema capitalista. Esse modelo busca uma exploração intensiva do trabalho humano e a apropriação de mais-valia, tanto na produção de alimentos para as áreas urbanas, quanto na “reprodução simples” dessa força de trabalho. Do outro lado, vale retornar que a CODEVALE foi estabelecida visando articular diversos atores e agentes capazes de intervir na região em prol do dinamismo econômico. Diversas instituições estatais, como a CEMIG, BDMG, DER, entre outras, colaboravam de forma mútua e coordenada em uma rede de interesses, que incluía desde o Estado e suas diferentes relações com os interesses do mercado. Além disso, as elites agrárias e políticas locais, juntamente com empresas e atores sociais ligados ao setor privado (tanto nacionais quanto multinacionais), também tinham seus interesses abrangentes em jogo, com base no discurso de “superação” do atraso e nos “rumos do desenvolvimento do Vale” (SANTOS, 2018, p.70).

Na mesma época em que o Grupo de Trabalho do Jequitinhonha foi organizado na década de 1960, o governo federal decidiu transformar a BR-116 (Rio-Bahia) em uma rodovia asfaltada. Essa rodovia se tornou uma das principais vias da região, conectando o Vale a outros municípios de Minas Gerais, bem como aos estados da Bahia e Rio de Janeiro, e contribuiu para uma maior fragmentação do território, facilitando o fluxo de informações, pessoas e mercadorias. Além das transformações na infraestrutura, uma intervenção estatal que teve um impacto significativo, considerando os contínuos projetos de desenvolvimento na região, foi a entrada de empresas para estabelecer grandes projetos de silvicultura com base na monocultura de eucalipto. Isso resultou na criação do Distrito Florestal, que promovia a ideia de desenvolvimento ligada às propostas de modernização regional, por meio da implementação de novas técnicas de manejo agrícola, especialmente voltadas para os interesses da indústria siderúrgica nacional e de papel celulose, ligada a políticas nacionais e internacionais. Devido à intensidade desses projetos, tempo depois começaram a surgir diversas pesquisas acadêmicas sobre os impactos socioambientais da monocultura de eucalipto nas comunidades rurais e sobre as populações, especialmente na região do Alto Jequitinhonha.

Segundo Santos (2018), a atuação da CODEVALE resultou em sua integração em uma dinâmica de mercado mais abrangente, tanto em âmbito regional quanto nacional. A partir da década de 1950, seus investimentos concentraram-se na

construção de rodovias e no setor elétrico. No entanto, o Estado teria adotado os projetos de desenvolvimento, mas não cumpriu sua responsabilidade de proporcionar bem-estar à população e superar a pobreza regional. Por sua vez, Maia (2004), ao analisar o processo de migração dos habitantes do Vale do Jequitinhonha, que se intensificou a partir da década de 1960 devido a essas intervenções estatais, destaca que o objetivo era homogeneizar as condições de intercâmbio de mercadorias, impondo bases capitalistas para o uso da terra e da força de trabalho, o que visava integrar o Vale do Jequitinhonha à estrutura dominante de acumulação de capital no país.

Entretanto, também analisando as atribuições da CODEVALE, Leite (2010) destaca que, além de não promover o desenvolvimento como meio de superar as estruturas existentes, como a antiga fazenda agropecuária, ressalta que o órgão desempenhou um papel significativo para certos grupos, especialmente no fortalecimento do poder da elite agrária local. Assim, a CODEVALE teria cumprido seu principal papel ao valorizar as terras dos antigos fazendeiros e pecuaristas, beneficiando-os no processo de regularização fundiária, especialmente em relação às grandes propriedades rurais. Como resultado, o órgão acabou ficando sob o domínio da oligarquia regional (LEITE, 2010, 2014). Apesar disso, várias pesquisas, como as de Ribeiro et al. (2007) e Miranda (2013), analisaram a atuação da agência como ineficiente no que diz respeito à modernização e ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, além de destacarem a falta de recursos públicos da instituição diante dos interesses da política local, conforme observado por Santos (2018) e Ribeiro et al. (2007). Essa situação de ineficácia reproduziu, de certa forma, tanto a estagnação quanto o atraso que caracterizavam a reprodução regional do capital, como aponta Leite (2014). Sob essa perspectiva, o papel da CODEVALE não pode ser simplesmente atribuída à ineficiência, pois ela cumpriu sua função por meio de suas intervenções, territorializando a expansão da renda da terra que ocorria no país. Nesse sentido, as políticas da agência foram fundamentais para incorporar as terras regionais ao mercado fundiário nacional e transformar os antigos fazendeiros em negociantes dessas terras (LEITE, 2014).

No que se refere à delimitação das fronteiras para a consolidação do Vale do Jequitinhonha, Santos (2018) destaca que os diagnósticos produzidos por essa autarquia, entre as décadas de 1960 e 1980, já consideravam a região composta por cinquenta e dois municípios, o que indicava uma delimitação territorial. Anteriormente, essa área fazia parte do norte ou nordeste de Minas Gerais. No entanto, Servilha (2012), por sua vez, ressalta que o recorte do "Vale do Jequitinhonha" ainda não estava devidamente definido até o início da década de 1970. Se considerarmos a análise de diagnósticos e outros projetos sobre a região após os primeiros planos desenvolvimentistas, o que conhecemos como Vale do Jequitinhonha só irá se findar a partir da década de 1980. Entretanto, é fundamental pontuar que os critérios inicialmente não foram necessariamente orientados pelos municípios que compõem a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha no território mineiro, e sim a pobreza. Atualmente, a região do Vale do Jequitinhonha possui um

total de 55 municípios, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **Considerações finais**

O processo histórico de ocupação dos municípios na bacia do rio Jequitinhonha, desde a época da colonização, foi caracterizado pela violência extrema e pela expropriação de terras, resultando em um conflito agrário marcante na região. Além disso, é inegável que o avanço do projeto colonial representou uma guerra declarada contra a população nativa. Até o início do século XX, a expansão das fronteiras foi impulsionada por diversos interesses, inicialmente por aventureiros e colonizadores, e posteriormente pela expansão das atividades agrícolas, com o avanço das fazendas e da produção agropecuária.

Analisando as pesquisas realizadas por diferentes estudiosos desse período histórico, revela-se que a maioria dos estudos sobre a região não conseguiu romper com o discurso hegemônico difundido pelo Estado por meio dos planos de desenvolvimento. Nesse contexto, podemos exemplificar a ideia de uma suposta “decadência” da mineração que até contemporaneamente é reproduzida nas análises acadêmicas, como se os recursos minerais tivessem deixado de existir ou serem explorados após a colonização. Outra observação relevante é a subvalorização da importância da agricultura no processo de ocupação. Além disso, há uma omissão em relação à existência das populações indígenas e afrodescendentes, como se esses povos só tivessem existido de forma pacífica durante a invasão colonial, e isso nem mesmo é questionado, embora também haja poucos registros do período. Uma última observação diz respeito à construção estratégica dos principais discursos do Estado, que criaram dicotomias, como a ideia de um “Vale da miséria” ou “Vale da pobreza” em contraste com o “Vale da esperança” e o “Vale da riqueza”, sendo esta última frequentemente associada à diversidade cultural.

No que diz respeito ao processo de regionalização do Vale do Jequitinhonha, iniciado com a criação da CODEVALE, é inegável que o principal objetivo era transformar este território em uma entidade política e administrativa para promover um “desenvolvimento regional”. Através das intervenções, buscava-se integrar a região à dinâmica nacional de industrialização e urbanização, alinhada com a construção do projeto nacional. Nesse processo, a pobreza se tornou o discurso legitimador para a criação da região, e estigmas e estereótipos foram criados em relação aos habitantes locais. Isso contribuiu para a construção de uma imagem homogênea do Vale do Jequitinhonha, ocultando assim a diversidade e outros aspectos da realidade local, enquanto a desigualdade regional e a busca pelo desenvolvimento eram enfatizadas. Embora alguns autores apontem que o processo de regionalização através da atuação da CODEVALE foi ineficaz, outros entendem que a CODEVALE cumpriu seu papel ao representar os interesses de determinados grupos. Isso ocorreu por meio da valorização das terras dos antigos fazendeiros e pecuaristas, além de incorporar terras regionais ao mercado fundiário nacional,

permitindo que grupos específicos, tanto de dentro quanto de fora da região, obtivessem lucros com esse processo.

Em síntese, se formos analisar os resultados das intervenções advindas do “desenvolvimento” a nível de América Latina e outras regiões tidas como periféricas, como aponta Arturo Escobar (1998, p.21), ao contrário do reino de abundância prometido por teóricos e políticos na década de 1950 e nas décadas posteriores, o discurso e a estratégia do desenvolvimento resultaram no oposto: pobreza, subdesenvolvimento, exploração e opressão sem precedentes. A crise da dívida, a fome, o aumento da pobreza, a desnutrição, o êxodo rural e a violência são alguns dos sintomas mais devastadores do fracasso de meio século de desenvolvimento, deixando claro como os países subdesenvolvidos foram sendo construídos através dos discursos e práticas de desenvolvimento desde os seus primórdios, sendo possível visualizar os desdobramentos dessas intervenções no interior de cada país, como é o caso da região do Vale do Jequitinhonha no Brasil.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE JR. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CUNHA, Joana D'arc Oliveira. *A produção de diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha: uma análise do "Sol da Terra"*. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha em Mucuri (UFVJM), p.21, 2019.
- ESCOBAR, Arturo; ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Editorial Norma, 1998.
- GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. *As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. Perspectivas*. São Paulo, v.6, p.85-100, 1983.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 4, n. 01, 2014.
- \_\_\_\_\_. *A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador "boia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. 2015.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.
- MARTINS, Marcos Lobato. *A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890*. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, 2008.
- MIRANDA, Leonardo Caetano. *Nos caminhos do Vale: o (des) envolvimento no Jequitinhonha*. 2013.
- MOURA, Margarida. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- PEREIRA, L. *O Município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1969.
- PESSÔA, M. de O. *Caminhos do Jequitinhonha: Análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como Política Pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha*. 2012. 221p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF, Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais*. 1997. 322p. Tese (Doutorado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas– SP. 1997.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- RIBEIRO, Eduardo; GALIZONI, Flávia. *Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha*. In: TORRES, H. & COSTA, H. População e meio ambiente. São Paulo, SENAC, 2000, 351p. RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M.; SILVESTRE, L. H.; CALIXTO, J. S.; AYRES, E. B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. Rev. Econ. Sociol. Rural. Brasília, v. 45, n. 4, 2007.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ARAÚJO, Daniel Prado; GALIZONI, Flávia Maria. *Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha*. In: ORTEGA, A. César; FILHO, N. Almeida (Orgs.). Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007.
- RIBEIRO, Ricardo. *Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha* (dissertação). Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mudando para continuar sendo: a organização dos movimentos de atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha*. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, ED. UFV, 2008.
- SANTOS, Albér Carlos Alves. *A Codevale e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980*. 130p. Dissertação, Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018.
- SERVILHA, Matheus de Moraes. *O Vale do Jequitinhonha entre a "divisão" pela pobreza e sua resignificação pela identificação regional*. 2012. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *A arte de viver: riqueza e pobreza no médio Jequitinhonha – Minas Gerais de 1970/1990*. São Paulo, Educ, 2007, 264.

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SOUZA, Lauanda Lopes de. *Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha*. 2022. 121 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.
- SOUZA, João Valdir. *Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas*. In: Souza, J. V. Henriques, M.S. (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
- SOARES, Geralda Chaves. *Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas*. Cadernos de História, v. 5, n. 6, p. 17-22, 2000.
- . *Na trilha guerreira dos Borun*. 2ª ed. Belo Horizonte-MG: Associação Metodista do Colégio Isabela Hendrix, 2010. 299 p.

### **The creation of the “Jequitinhonha Valley”: analysis of the historical formation and its regionalization process**

Based on a bibliographic and documentary research, the article aims to analyze the process of formation of the Jequitinhonha River basin, from the beginning of its occupation, in historical perspective. Thus presenting the different visions that the basin starts to incorporate, until its regionalization process that occurs in the middle of the 20th century after state interventions. Thus evidencing a debate on the creation and emergence of the term “Jequitinhonha Valley”, in order to point out the social and political actors responsible for the social production of this locality and the different interests involved in this process.

**KEYWORDS:** Jequitinhonha Valley, Regionalization, development, territorial conflicts, State.

### **La creación del “Valle del Jequitinhonha”: análisis de la formación histórica y de su proceso de regionalización**

A partir de una investigación bibliográfica y documental, el artículo tiene como objetivo analizar el proceso de formación de la cuenca del río Jequitinhonha, desde el inicio de su ocupación, en perspectiva histórica. Presentando así las diferentes visiones que la cuenca comienza a incorporar, hasta su proceso de regionalización que ocurre a mediados del siglo XX después de las intervenciones estatales. Destacando así un debate sobre la creación y surgimiento del término “Vale do Jequitinhonha”, con el fin de señalar los actores sociales y políticos responsables de la producción social de esta localidad y los diferentes intereses involucrados en este proceso.

**PALABRAS CLAVE:** Vale do Jequitinhonha, regionalización, desarrollo, conflictos territoriales, Estado.

Artigo recebido em agosto de 2023. Aprovado em março de 2024.